

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ACTA NÚMERO 35/XII/ 1.ª SL**

Aos 7 dias do mês de Dezembro de 2011, pelas 09:45 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

**09:30**

- 1. Distribuição de iniciativas legislativas;**
- 2. Distribuição de iniciativas europeias;**
- 3. Apreciação e votação das actas das reuniões n.ºs 30 a 34 (correspondendo às reuniões de 2 a 22 de Novembro de 2011);**
- 4. Apreciação e votação de pareceres sobre as seguintes iniciativas legislativas:**
  - Proposta de Lei n.º 29/XII/1.ª (GOV) - "Procede à sexta alteração ao Regulamento das Custas Processuais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 34/2008, de 26 de Fevereiro - "Relator - Deputado João Oliveira (PCP);
  - Proposta de Lei n.º 33/XII/1.ª (GOV) - "Institui o Sistema de Informação dos Certificados de Óbito (SICO), com vista a permitir a desmaterialização dos certificados médicos de óbito e a sua emissão em suporte electrónico" - Relator - Deputado Filipe Neto Brandão (PS);
  - Projecto de Lei n.º 94/XII/1.ª (PCP) - "Regula o direito de Associação na Guarda Nacional Republicana - "Relator - Deputado Luís Pita Ameixa (PS);
- 5. Discussão e votação na especialidade da Proposta de Lei n.º 23/XII/1.ª (GOV) - "Regula os requisitos de tratamento de dados pessoais para constituição de ficheiros de âmbito nacional, contendo dados de saúde, com recurso a tecnologias de informação e no quadro do Serviço Nacional de Saúde";**
- 6. Apreciação e votação de pareceres sobre iniciativas europeias, designadamente:**
  - COM (2011) 176 final - Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho com base no Artigo 8.º da Decisão 2007/845/JAI do Conselho, de 6 de Dezembro de 2007, relativa à cooperação entre gabinetes de recuperação de bens dos Estados-Membros no domínio da detecção e identificação de produtos ou outros bens relacionados com o crime - Relator - Deputado Hugo Lopes Soares (PSD);
  - COM (2011) 492 final - Relatório da Comissão sobre a aplicação em 2010 do Regulamento (CE) n.º 1049/2001 relativo ao acesso do público aos

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ACTA NÚMERO 35/XII/ 1.ª SL**

documentos do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão -  
Relatora - Deputada Andreia Neto (PSD);

**7. Admissão e distribuição de petições;**

**8. Apreciação e votação de relatórios finais de petições, designadamente:**

- Petição n.º 44/XII/1.ª - "Solicitam que a Assembleia da República legisle no sentido de reformular a forma de pagamento das compensações devidas aos advogados inscritos no Sistema de Acesso ao Direito e aos Tribunais" - Relator - Deputado Carlos Peixoto (PSD);

**9. Outros assuntos.**

**11:30 - Audição do Deputado do Parlamento Europeu, Carlos Coelho, sobre o Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça ao nível da União Europeia. (conjunta com a Comissão de Assuntos Europeus).**

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente da Comissão, Deputado Fernando Negrão (PSD), foram distribuídas as seguintes iniciativas legislativas:

- **Proposta de Lei n.º 34/XII (GOV)**, que [Procede à terceira alteração à Lei n.º 1/2005, de 10 de Janeiro, que regula a utilização de câmaras de vídeo pelas forças e serviços de segurança em locais públicos de utilização comum](#) – de que foi nomeado Relator o Senhor Deputado Filipe Neto Brandão (PS);

- **Projecto de Lei n.º 100/XII (BE)**, que [Procede à terceira alteração à Lei n.º 1/2005, de 10 de Janeiro, que regula a utilização de câmaras de vídeo pelas forças e serviços de segurança em locais públicos de utilização comum](#) – de que foi nomeado Relator o Senhor Deputado Pedro Delgado Alves (PS);

- **Projecto de Lei n.º 101/XII (PSD)**, que [Altera pela décima oitava vez o Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, que aprova o regime jurídico aplicável ao tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, acrescentando a Mefedrona e o Tapentadol às substâncias da tabela II-A que lhe é anexa](#) – de que foi nomeada Relatora a Senhora Deputada Elza Pais (PS);

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ACTA NÚMERO 35/XII/ 1.ª SL**

E a seguinte PROPOSTA DE RESOLUÇÃO:

N.º AUTOR	Título	BAIXA COMISSÃO
10/XII/1.ª (GOV)	<a href="#">Aprova o Tratado sobre a Transferência de Pessoas Condenadas entre a República Portuguesa e a República do Peru, assinado em Lima, a 7 de Abril de 2010</a>	7-12-2011 (sendo competente a 2.ª Comissão - CNECP)

de que foi nomeada Relatora (nos termos e para os efeitos do artigo 199.º do RAR) a Senhora Deputada Maria Paula Cardoso (PSD)

Em seguida, foram distribuídas as seguintes iniciativas europeias:

Proposta de DIRECTIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa à resolução alternativa de litígios de consumo, que altera o Regulamento (CE) n.º 2006/2004 e a Directiva 2009/22/CE (Directiva RAL) [COM(2011)739]. Esta iniciativa tem ainda associados: a Avaliação de Impacto [SEC(2011)1408] e o Resumo da Avaliação de Impacto [SEC(2011)1409].  <i>Obs: distribuída também à Comissão de Economia e Obras Públicas</i>	Dep. Teresa Anjinho (CDS/PP)	Aferição do princípio da subsidiariedade  4.01.2012
Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO à resolução de litígios de consumo em linha (Regulamento ODR) [COM(2011)794].	Dep. Teresa Anjinho (CDS/PP)	Aferição do princípio da subsidiariedade  4.01.2012
LIVRO VERDE relativo ao reagrupamento familiar dos nacionais de países terceiros que vivem na União Europeia (Directiva 2003/86/CE) [COM(2011)735].  <i>Obs: Iniciativa não legislativa que, pelo seu carácter estratégico, se apresenta sob a forma de Livro Verde. A Comissão de Assuntos Europeus convida a 1.ª Comissão a reflectir sobre a relevância política da iniciativa em anexo e, caso seja deliberado proceder ao seu escrutínio, a considerar a eventual realização de uma audição pública, que possa reunir os interessados nas matérias em apreço.</i>	Dep. Andreia Neto (PSD)	8.02.2012  (Em consulta pública até 1 de Março de 2012)



## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ACTA NÚMERO 35/XII/ 1.ª SL

E foi deliberado não escrutinar as seguintes iniciativas:

- COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO *Para uma resposta europeia mais eficaz na luta contra a droga [COM(2011)689];*
- COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO: *Fronteiras inteligentes - opções e via a seguir [COM(2011)680].*

Em seguida, foram apreciadas e aprovadas por unanimidade dos presentes, na ausência do PEV, as actas das reuniões n.ºs 30 a 34 (correspondendo às reuniões de 2 a 22 de Novembro de 2011).

No quarto ponto da ordem de trabalhos, foi apreciado o parecer sobre a Proposta de Lei n.º 29/XII (GOV), que "*Procede à sexta alteração ao Regulamento das Custas Processuais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 34/2008, de 26 de Fevereiro*". Apresentado o parecer pelo respectivo Relator, Senhor Deputado João Oliveira (PCP), intervieram no debate subsequente os Senhores Deputados Hugo Velosa (PSD), Jorge Lacão (PS), Cecília Honório (BE), Carlos Peixoto (PSD) e Luís Pita Ameixa (PS), que sugeriu uma alteração de redacção à alínea c) da parte I do parecer, no sentido de se designar o Acordo com o Banco Central Europeu, a Comissão Europeia e o Fundo monetário Internacional como celebrado com o Estado Português e não subscrito por PS, PSD e CDS, como indicado no parecer apresentado. Esta sugestão foi aprovada com votos favoráveis do PS, PSD e CDS/PP e contra do PCP e do BE. Em seguida, as partes I e III do parecer foram aprovadas por unanimidade, na ausência do PEV, tendo ficado aprovadas as propostas do relator de convite a uma pronúncia sobre a iniciativa a dirigir à Associação Sindical de Juízes Portugueses, ao Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, ao Sindicato dos Funcionários Judiciais e ao Sindicato dos Oficiais de Justiça, entidades cuja consulta não é legalmente obrigatória.

Foi então apreciado o parecer sobre a Proposta de Lei n.º 33/XII/1.ª (GOV), que "*Institui o Sistema de Informação dos Certificados de Óbito (SICO), com vista a permitir a desmaterialização dos certificados médicos de óbito e a sua emissão em*

## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ACTA NÚMERO 35/XII/ 1.ª SL

*suporte electrónico*", que foi apresentado pelo respectivo Relator, Senhor Deputado Filipe Neto Brandão (PS). Os Senhores Deputados Cecília Honório (BE) e João Oliveira (PCP) consideraram que a falta de parecer prévio da CNPD sobre esta iniciativa (o qual, segundo esta entidade, foi solicitado no próprio dia em que a iniciativa foi aprovada pelo Governo em Conselho de Ministros) deveria ser assinalada de forma veemente no relatório e suscitava a dúvida de que a AR pudesse discutir a iniciativa em Plenário. O Relator recordou que a Comissão consultara a CNPD logo que a iniciativa baixara à Comissão, muito embora não tivesse ainda recebido resposta à sua solicitação. Considerou que, em qualquer caso, a falta de tal parecer prévio apenas obstará à aprovação final da iniciativa.

As partes I e III do parecer foram então aprovadas com votos favoráveis do PSD, PS e CDS/PP e a abstenção do PCP e do BE, na ausência do PEV.

Em seguida, o Senhor Deputado Luís Pita Ameixa (PS) apresentou o seu parecer sobre o Projecto de Lei n.º 94/XII/1.ª (PCP), que "*Regula o direito de Associação na Guarda Nacional Republicana*". Submetidas a votação, as partes I e III do parecer foram aprovadas por unanimidade, na ausência do PEV.

Adiado o quinto ponto da ordem de trabalhos, a requerimento do Grupo Parlamentar do PS, por pretender apresentar propostas de alteração, foram apreciados os pareceres sobre as seguintes iniciativas europeias:

- COM (2011) 176 final - *Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho com base no Artigo 8.º da Decisão 2007/845/JAI do Conselho, de 6 de Dezembro de 2007, relativa à cooperação entre gabinetes de recuperação de bens dos Estados-Membros no domínio da detecção e identificação de produtos ou outros bens relacionados com o crime*, que foi aprovado por unanimidade, após a sua apresentação pelo Relator, Senhor Deputado Hugo Lopes Soares (PSD);
- COM (2011) 492 final - *Relatório da Comissão sobre a aplicação em 2010 do Regulamento (CE) n.º 1049/2001 relativo ao acesso do público*

## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ACTA NÚMERO 35/XII/ 1.ª SL

*aos documentos do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão, que foi aprovado por unanimidade, após a sua apresentação pela Relatora, Senhora Deputada Andreia Neto (PSD);*

- *[COM (2011) 175 final] - Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho sobre a aplicação desde 2007 da Decisão-Quadro do Conselho, de 13 de Junho de 2002, relativa ao mandado de detenção europeu e aos processos de entrega entre os Estados-Membros, que foi aprovado por unanimidade, após a sua apresentação pela Relatora, Senhora Deputada Teresa Anjinho (CDS/PP). Foi ainda deliberado remeter o parecer aos membros do Governo com competência na matéria - Ministra da Justiça e Ministro da Administração Interna -, atentas as observações constantes da iniciativa, relativas à alegada desactualização da lei penal portuguesa em face da Decisão-Quadro.*

No sétimo ponto da ordem de trabalhos, foram admitidas por unanimidade, na ausência do PEV, as Petições n.ºs 57/XII, da iniciativa da ACAPOR - Associação do Comércio Audiovisual de Obras Culturais e de Entretenimento de Portugal, que *solicita a alteração do artigo 823.º do Código de Processo Civil, no sentido de passar a ser impenhorável a casa de morada de família do executado se o exequente for o Estado, as autarquias locais ou a Segurança Social*, de que foi nomeado Relator o Senhor Deputado Hugo Lopes Soares (PSD); e 59/XII, da iniciativa de Luís Miguel de Matos Ribeiro, que *solicita o apoio da Assembleia da República para que o dia 23 de Agosto seja considerado o "Dia Europeu da Memória das Vítimas do Estalinismo e do Nazismo"*, de que foi nomeada Relatora a Senhora Deputada Francisca Almeida (PSD).

Em seguida, foi apresentado o relatório final da Petição n.º 44/XII, da iniciativa de Carla Alves Oliveira e outros (num total de 4608 subscritores), que *"Solicitam que a Assembleia da República legisle no sentido de reformular a forma de pagamento das compensações devidas aos advogados inscritos no Sistema de Acesso ao Direito e aos Tribunais"*, que foi apresentado pelo respectivo Relator, Senhor Deputado Carlos Peixoto (PSD), tendo sido aprovado por unanimidade, na ausência do PEV.



## **COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

### **ACTA NÚMERO 35/XII/ 1.ª SL**

No último ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente deu conhecimento à Comissão de que a cerimónia de atribuição do Prémio Direitos Humanos 2011 e das medalhas de ouro, presidida pela Presidente da Assembleia da República, teria lugar no próximo dia 13 de Dezembro, pelas 12 horas, no Salão Nobre do Palácio de S. Bento.

Recordou que o Júri do Prémio, constituído no âmbito da Comissão, presidido pelo seu Presidente e composto pelos Senhores Deputados Guilherme Silva (PSD), Maria de Belém Roseira (PS), Telmo Correia (CDS-PP), António Filipe (PCP), Cecília Honório (BE), e José Luís Ferreira (PEV) propôs a atribuição do Prémio à Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS), pela sua intervenção no apoio, defesa, congregação e representação das instituições particulares de solidariedade social em Portugal.

O Júri deliberou ainda, nos termos do n.º 10 da Resolução e do artigo 11.º do Regulamento, propor a atribuição da medalha de ouro comemorativa do 50.º aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem conjuntamente à Associação de Pais e Amigos de Deficientes Profundos (APADP), pelos 25 anos de intervenção em nome dos direitos e das necessidades das pessoas portadoras de deficiência profunda, e ao Dr. Luís Daniel Gil Roque, psicólogo, pelo sucesso do trabalho desenvolvido há 23 anos na CERCIFAF em prol da integração de pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

O Senhor Presidente deu ainda conhecimento de que o Senhor Procurador-Geral da República remetera à Comissão o Relatório sobre a Lei de Política Criminal para o biénio 2009-2011, lembrando que, nos termos do n.º 3 do artigo 14.º da Lei Quadro da Política Criminal (Lei n.º 17/2006, de 23 de Maio), a Comissão pode promover a audição do Senhor Procurador-Geral sobre a matéria.



## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ACTA NÚMERO 35/XII/ 1.ª SL

Pelas 12 horas teve início a [audição do Deputado do Parlamento Europeu, Carlos Coelho, sobre o Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça ao nível da União Europeia](#).

A audição decorreu conjuntamente com a Comissão de Assuntos Europeus.

Esta audição foi integralmente [gravada e transmitida em diferido pelo Canal Parlamento](#) (e também em suporte áudio), pelo que se dispensa o seu desenvolvimento mais aprofundado nesta sede.

O Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Deputado Paulo Mota Pinto, deu início à audição, saudando o Deputado ao Parlamento Europeu, Carlos Coelho, e referindo a importância da realização destas audições, bem como da presença da 1.ª Comissão.

Tomou então a palavra o Presidente da Comissão, Deputado Fernando Negrão (PSD), que reiterou a importância da realização de debates no âmbito do Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça.

Após uma intervenção inicial do Deputado ao Parlamento Europeu, Carlos Coelho, que foi acompanhada por uma apresentação em powerpoint, intervieram os Senhores Deputados António Rodrigues (PSD), António Filipe (PCP), João Serpa Oliva (CDS-PP), Cecília Honório (BE) e Sérgio Azevedo (PSD) tendo o Senhor Deputado ao Parlamento Europeu respondido e comentado a generalidade dos aspectos focados após cada uma das intervenções.

O Presidente da Comissão de Assuntos Europeus deu ainda a palavra às Senhoras Deputadas Isabel Oneto (PS) e Teresa Anjinho (CDS-PP) para intervenções finais, tendo o Senhor Deputado respondido às questões colocadas sobre os principais dossiers em apreciação, designadamente sobre as iniciativas COM (2011) 560 Proposta de Regulamento do PE e do Conselho que altera o Regulamento (CE) n.º 562/2006 para estabelecer regras comuns sobre a reintrodução temporária do controlo



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ACTA NÚMERO 35/XII/ 1.ª SL**

nas fronteiras internas em circunstâncias excepcionais, e COM (2011) 559 que cria um mecanismo de avaliação e controlo para verificar a aplicação do acervo de Schengen.

A audição foi encerrada às 13:20 horas, da reunião se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 7 de Dezembro de 2011

**O PRESIDENTE DA COMISSÃO,**

**(FERNANDO NEGRÃO)**

**Nota: aprovada a 04.01.2012**



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E  
GARANTIAS**

**ACTA NÚMERO 35/XII/ 1.ª SL**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto  
Carla Rodrigues  
Carlos Peixoto  
Cecília Honório  
Fernando Negrão  
Filipe Neto Brandão  
Francisca Almeida  
Hugo Lopes Soares  
Hugo Velosa  
Isabel Alves Moreira  
Isabel Oneto  
João Oliveira  
Jorge Lacão  
Luís Pita Ameixa  
Manuel Meirinho Martins  
Maria Paula Cardoso  
Paulo Simões Ribeiro  
Sérgio Sousa Pinto  
Telmo Correia  
Teresa Anjinho  
Teresa Leal Coelho  
António Filipe  
João Lobo  
Mário Magalhães  
Pedro Delgado Alves

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

José Luís Ferreira  
Ricardo Rodrigues